



## CONSELHO CONSULTIVO DO MOSAICO DO BAIXO RIO NEGRO (MBRN)

### Memória da 25ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do Mosaico do Baixo Rio Negro - MBRN

**DATA/HORÁRIO:** 19 e 20 de maio de 2022 às 9h.

**LOCAL:** Híbrido: Fundação (presencial) e videoconferência

### PROGRAMAÇÃO

#### 1º DIA – 19 de maio de 2022 (quinta-feira)

08h30	Café da manhã
09h00	Abertura– Marco Antônio Vaz de Lima – Presidente do Conselho
09h10	Apresentação dos participantes
09h30	Leitura e aprovação da Ata da 24ª reunião do Conselho – Marina Antongiovanni
10h00	Novidades sobre o Projeto Rotas e Pegadas – Fabiano Silva (FVA)
10h10	<b>Dúvidas e sugestões</b>
10h20	<b>Intervalo</b>
10h30	Ações de Água, Saneamento e Higiene do UNICEF no estado do Amazonas – Paulo Puxirum (UNICEF)
10h50	<b>Dúvidas e sugestões</b>
11h00	Navegando Educação Empreendedora na Amazônia – Fernanda Freda (IPÊ)
11h20	<b>Dúvidas e sugestões</b>
11h30	Construção da plataforma interativa e do banco de dados do MBRN José Diego Gobbo Alves e Álvaro de Oliveira D’antona (UNICAMP)
11h50	<b>Dúvidas e sugestões</b>
12h00	Oficina sobre o Protagonismo Jovem no MBRN – Marcos Pinheiro
12h50	<b>Dúvidas e sugestões</b>
13h00	<b>Almoço</b>

#### 2º DIA – 20 de maio de 2022 (sexta-feira)

08h30	Café da manhã
-------	---------------



09h00	Abertura do dia – Marco Antônio Vaz de Lima
09h10	Parceria público-privada na gestão de Unidades de Conservação – Camila Rodrigues (OPAP)
09h30	<b>Dúvidas e sugestões</b>
09h50	Atualizações sobre o termo de compromisso para pesca, processo de concessões de UCs do Mosaico, inclusão da Resex do Jauaperi no MBRN – Leila Mattos (ICMBio)
10h10	<b>Dúvidas e sugestões</b>
10h30	<b>Intervalo</b>
10h40	<b>Dinâmica</b> - Avaliação das ações no MBRN - Marcos Pinheiro
12h40	<b>Informes e encerramento</b>
13h00	<b>Almoço</b>



## 1 **MEMÓRIA DA REUNIÃO NO 1º DIA (19 de maio de 2022):**

2 Marco Antônio Vaz de Lima, presidente do Conselho Consultivo do Mosaico do Baixo Rio Negro (MBRN), fez  
3 a abertura da 25ª Reunião do Conselho Consultivo do Mosaico do Baixo Rio Negro, dando as boas-vindas aos  
4 conselheiros e convidados que estão participando de forma híbrida (virtual e presente), na Fundação Vitória  
5 Amazônica. Agradeceu a presença dos jovens que participaram do Encontro de Jovens Protagonistas, em Novo  
6 Airão, que antecedeu esta reunião. Após a apresentação dos participantes, Ricardo Pedroso (Amazonas Cluster)  
7 parabenizou a presença dos jovens na reunião, ressaltando que são eles quem darão continuidade às ações no  
8 MBRN. Marco Antônio fez a apresentação da programação e, em seguida, Marina fez a leitura da Ata da 24ª  
9 Reunião do MBRN que foi aprovada pelos conselheiros.

10 Sobre o **Projeto Rotas e Pegadas** financiado pelo LIRA, Fabiano Silva (FVA) informou que o projeto deu início  
11 em outubro de 2021 e segue até maio de 2023. Apresentou os produtos a serem entregues até o final do projeto,  
12 ressaltando que um dos produtos se refere à capacitação de lideranças jovens do MBRN, cuja oficina ocorreu  
13 envolvendo os jovens residentes nas Unidades de Conservação do Baixo Rio Negro e, dando continuidade a esta  
14 capacitação, ocorrerá outra oficina envolvendo os jovens residentes nas UC da Margem Esquerda do rio Negro.  
15 Outro produto, cuja elaboração deu início, refere-se à elaboração do Plano de Educomunicação do MBRN, com  
16 o auxílio do consultor Marcos Pinheiros. Os demais produtos são: Elaboração dos Roteiros Turísticos para o  
17 MBRN, realizado dois levantamentos de campo; Apoio ao Ordenamento de atividades pesqueiras no MBRN,  
18 tendo quatro atividades como o apoio à construção do Termo de Compromisso de pesca para o PARNA  
19 Anavilhanas, apoio ao manejo do pirarucu na RDS Amanã e RESEX Unini, apoio ao manejo do peixe  
20 ornamental na RDS Amanã e organização comunitária para pesca esportiva no rio Unini; Apoio ao ordenamento  
21 do turismo com botos na APA Margem Direita do Rio Negro junto à AMPA; Desenvolvimento de um aplicativo  
22 para Gestão da Economia Familiar, em andamento; Monitoramento de Riscos Socioambientais e Elaboração de  
23 Cenários; Governança e Secretaria Executiva do MBRN. Fabiano informou que todas as ações previstas pelo  
24 Projeto estão em andamento e com os produtos sendo elaborados, com exceção do produto que se refere ao  
25 ordenamento do turismo com botos nos flutuantes localizados na RDS Rio Negro. Ricardo (Amazonas Cluster)  
26 informou que tem interesse em acompanhar e se colocou à disposição para apoiar a ação de ordenamento do  
27 turismo com botos, informando que, de fato, esta atividade está bem desorganizada na região.

28 Sobre as **Ações de Água, Saneamento e Higiene do UNICEF no Estado do Amazonas**, Paulo Diógenes,  
29 inicialmente fez um breve histórico de sua ação no baixo Rio Negro por meio do Instituto Puxirum, em específico  
30 na comunidade Livramento (RDS do Tupé), onde trabalhou com educação ambiental com foco em energia,  
31 saneamento básico. Realizou um diagnóstico sobre o saneamento básico nas comunidades da RDS do Tupé, que  
32 baseou a elaboração de um Programa de Saneamento Básico para a RDS e, por conta da pandemia da COVID-  
33 19, as atividades foram paralisadas. Neste atual momento, está responsável pela pauta de Wash - Água  
34 Saneamento e Higiene na Amazônia Legal, pelo UNICEF. Paulo explicou sobre a questão da falta de  
35 saneamento e sua relação com a saúde, sendo que a diarreia é a segunda causa de morte entre crianças de 1 mês  
36 e 5 anos no mundo. Chamou a atenção pela falta de acesso ao abastecimento de água adequado em 50% das  
37 escolas públicas do Estado do Amazonas, o que compromete a higiene básica, como lavagem de mãos. Diante  
38 desta problemática, as linhas estratégicas de atuação WASH UNICEF são: WASH em Instituições (educação,  
39 saúde e assistência social), Advocacy e Apoio à Coordenação do Setor de WASH (diálogo com os agentes  
40 responsáveis pelo abastecimento de água), WASH Migração, WASH COVID-19, Dignidade Menstrual,  
41 Redução do Risco de Desastres, Mudança Climática. Em relação ao Selo UNICEF, como iniciativa de  
42 fortalecimento de políticas públicas, é um pacto realizado entre o UNICEF e municípios, no qual os municípios  
43 se comprometem em melhorar uma série de indicadores voltados para saneamento, saúde, proteção à criança.  
44 Paulo apresentou as iniciativas relacionadas ao WASH no Estado do Amazonas, com atuação junto aos



45 imigrantes venezuelanos vivendo em Manaus; em comunidades indígenas no Alto Solimões; nas escolas com  
46 instalação de pontos de lavagem de mãos; instalação de sistema de tratamento e abastecimento de água em  
47 escolas sem acesso a infraestrutura de água potável e saneamento básico dos municípios de Careiro da Várzea e  
48 Alvarães. Paulo apresentou a proposta do projeto piloto RDS Tupé, englobando as 6 comunidades ribeirinhas e  
49 2 agrupamentos indígenas, que visa realizar diagnóstico sobre: as condições de água, saneamento e higiene;  
50 acesso à internet de crianças, adolescentes e jovens; estratégias para o desenvolvimento econômico local;  
51 estratégias de adaptação e mitigação dos efeitos climáticos nas comunidades. Também o projeto, prevê a  
52 construção/fortalecimento da rede de adolescentes e jovens mobilizadores da RDS Tupé e o fortalecimento do  
53 desenvolvimento socioeconômico local por meio da estratégia 1 MIO, garantindo a melhoria da qualidade de  
54 acesso à serviços e qualificação profissional de adolescentes e jovens. Marina A. da Fonseca (Secretaria  
55 Executiva do MBRN) perguntou se o Selo UNICEF é municipal e Paulo esclareceu que é municipal e o  
56 município deve aderir a um Termo de Compromisso com a UNICEF, se comprometendo com as metas  
57 estabelecidas para serem alcançadas num período de 4 anos e, ao final deste período, o município tendo  
58 alcançado todas as metas recebe o Selo. Como benefício, tem-se a melhoria dos indicadores ao longo dos anos  
59 referente a saneamento básico, saúde, educação, etc. Todo esse trabalho é desenvolvido com a parceria da Visão  
60 Mundial. Marina questionou se o UNICEF tem linha de acesso para projetos de apoio às comunidades ribeirinhas  
61 nesta temática WASH. Paulo informou que é possível trabalhar em parceria com articulação, diálogo, porém  
62 não atuam como financiadores de projetos. O fundo do UNICEF segue as estratégias já estabelecidas e, em  
63 Unidade de Conservação, tem o Projeto Piloto RDS Tupé. A partir da experiência deste projeto piloto, há a  
64 possibilidade de replicar em outras comunidades do MBRN, conforme os resultados alcançados. Marco Antônio  
65 perguntou se há alguma estratégia do UNICEF para realização de projetos nesta linha WASH no MBRN e Paulo  
66 ressaltou a importância de iniciar na RDS Tupé para depois estabelecer a aplicação em outras áreas. Em relação  
67 ao fortalecimento da rede de jovens, Marco Antônio explicou toda mobilização que ocorreu junto a este público  
68 e que foi interrompida por conta da pandemia e falou sobre a Oficina para as lideranças jovens da RDS Tupé, a  
69 ser realizada entre os dias 26 e 28 de Maio, na comunidade São João (RDS Tupé), de forma a dar continuidade  
70 e com possibilidade de formar uma rede de jovens do MBRN, visando também a participação dos jovens na  
71 Rede de Jovens da Reserva da Biosfera da Amazônia Central. Daniel Araújo (FOPEC) agradeceu a ajuda da  
72 OIM, representado pelo Paulo, às comunidades da RDS Puranga Conquista no auge da pandemia por COVID-  
73 19. Daniel chamou a atenção do aumento de doenças transmissíveis pelo mosquito, como dengue, malária,  
74 chykungunya, em comunidades como a Bela Vista do Jaraqui, muito por conta de fossas domiciliares, e  
75 questionou se haveria apoio para estudo sobre esta questão e busca de ações de controle. Paulo informou que o  
76 Projeto Piloto contempla realizar o diagnóstico apresentar tecnologias sociais e ecológicas relacionadas ao  
77 saneamento básico em zona rural ribeirinha que poderão ser replicadas às demais comunidades.

78 Em relação à **Oficina sobre o Protagonismo Jovem no MBRN**, Marcos Pinheiro (consultor) explicou que o  
79 projeto Lira tem como componente principal a formação de novas lideranças e a promoção do protagonismo  
80 jovem. Marcos informou que foram previstas a realização de cinco oficinas ao longo do ano, sendo que uma  
81 ocorreu em Novo Airão, uma será feita na RDS Tupé. Esta primeira rodada de oficinas teve como foco o  
82 protagonismo dos jovens e contou com o apoio da UNESCO, representada por duas jovens da Reserva da Biosfera  
83 que auxiliou neste processo de intercâmbio. Diversos temas foram tratados nesta oficina como os direitos  
84 fundamentais garantidos pela Constituição do Brasil, o SNUC, a diferença entre proteção integral e uso  
85 sustentável, a diferenças e semelhanças entre Mosaico, Reserva da Biosfera, Corredores Ecológicos. Em agosto,  
86 prevê-se uma segunda rodada de oficinas com os jovens participantes (Aldeia Mirapu, RESEX Unini, PARNA  
87 Jaú, PERST Rio Negro Setor Norte, RDS Rio Negro, APA Margem Direita do Rio Negro Setor Paduari-  
88 Solimões e RDS Tupé), de forma a tratar questões mais avançadas e de intercâmbio. Como finalização deste  
89 ciclo de encontros, ocorrerá uma oficina englobando as duas turmas de jovens, como um Seminário para  
90 discussão de formação de Coletivo, etc. Em seguida, os grupos de jovens deram seu depoimento sobre a



91 participação na Oficina e apresentaram os resultados dos trabalhos realizados em grupo. Marcos Pinheiro  
92 reforçou que foi trabalhado muito nas oficinas o protagonismo dos jovens em suas comunidades e, nos  
93 encontros serem realizados em Agosto, espera-se compartilhar quais ações os jovens conseguiram desenvolver  
94 em seus locais de moradia. Francisco Borges (FOPEC) ressaltou a importância de se buscar conhecimento e da  
95 participação desses encontros para o crescimento dos jovens, tornando protetores das áreas de moradia e levar  
96 às suas comunidades a sustentabilidade na agricultura, da biodiversidade, etc., o que foi endossado pelo Daniel  
97 Araújo. Anatólio Batista (PERN Setor Norte) também agradeceu a participação dos jovens nas oficinas e falou  
98 sobre os remédios caseiros que são produzidos em sua comunidade e convidou a todos para conhecer a medicina  
99 das comunidades tradicionais. **Como encaminhamento**, Marco Antônio sugeriu que, ao final do último  
100 encontro, haja a escolha de dois conselheiros, titular e suplente, dentre os jovens para participarem do Conselho  
101 do MBRN.

102 Sobre a **Construção da Plataforma Interativa e do Banco de Dados do MBRN**, José Diego Gobbo Alves  
103 explicou que o projeto é desenvolvido em parceria com a UNICAMP e Instituto Mamirauá. A plataforma é  
104 interativa e colaborativa, pública e as variáveis constam de localização da comunidade, escola, número de casas,  
105 ambulância, Posto de Saúde, energia, Centro Comunitário, Igreja, etc. Diego enfatizou que estão disponíveis  
106 apenas as variáveis com informações abrangentes por ser pública e que, num outro momento, é possível avaliar  
107 a inserção de outras variáveis que não estão disponíveis na plataforma. Ao todo, tem-se 96 comunidades  
108 cadastradas, faltando preencher dados de 130 comunidades ainda. O objetivo é fortalecer esta plataforma como  
109 banco de dados e, também, como uma rede de colaboração das informações, cujas informações coletadas pelos  
110 Órgãos Gestores, pesquisadores, etc., possam ser compartilhadas com a equipe que alimentará o banco de dados.  
111 Em relação ao banco de dados, o objetivo é que seja também colaborativo, com informações sobre as  
112 comunidades do MBRN, a nível de comunidade e domicílio, a exemplo dos dados de censo. Diego informou  
113 que é mantido o sigilo do entrevistado (dados não identificados). A administração do banco de dados, ou seja, a  
114 avaliação para a aprovação do uso dos dados, protocolo de solicitação do uso, como será feita a devolução dos  
115 resultados de pesquisa, etc., ficará a cargo do Conselho do MBRN. Diego sugeriu que estes protocolos sejam  
116 elaborados em reunião específica e se dispôs a participar nesta construção. Seguindo, demonstrou o  
117 funcionamento da plataforma e ressaltou que falta inserir dados das comunidades localizadas principalmente no  
118 PARNA Jaú e APA Margem Direita do Rio Negro Setor Paduari-Solimões, cujas informações serão solicitadas  
119 oficialmente aos Órgãos Gestores. Após a apresentação, Viceli Siqueira da Costa (ACS Rio Negro) perguntou  
120 se é possível inserir dados da RDS Rio Negro, a partir dos resultados do censo ocorrido ano passado. Marco  
121 Antônio sugeriu conversar com a Leila Mattos Araújo Nápoles (ICMBio, NGI Novo Airão) sobre a realização  
122 da coleta de dados para preencher esta lacuna, na ocasião em que houver equipes atuando nas comunidades  
123 localizadas no PARNA Jaú. Diego informou que poderá compartilhar o link para contribuição dos conselheiros,  
124 por ora, a atualização das informações é feita pela equipe que desenvolveu a plataforma. É possível inserir outras  
125 variáveis na plataforma e já se pode acessar por meio do link. Marina chamou a atenção que no mapa não  
126 apareceu a comunidade Vila Nunes (rio Unini) e também que o questionário precisaria de alguns ajustes. **Como**  
127 **encaminhamento**, agendar uma reunião com os coordenadores das organizações que fazem parte do Conselho  
128 para definir a questão do armazenamento da informação, de forma a garantir que os dados possam ser utilizados  
129 pelas instituições que compõem o Conselho. Caso haja necessidade, o Conselho do MBRN redigirá ofício aos  
130 Órgãos Gestores, Instituições de Pesquisa, etc., solicitando informações para complementação no banco de  
131 dados.

132 Sobre o **Programa Navegando Educação Empreendedora na Amazônia**, Fernanda Freda Pereira (IPÊ)  
133 informou que o IPE vem retornando suas ações no baixo rio Negro, após o período de paralização, com o projeto  
134 Educação para Empreendimentos Comunitários na Pandemia da COVID-19, na RDS Puranga Conquista, com  
135 duração de um ano. Fases do projeto: a) Fase 1 envolveu a reforma do Barco Maíra (cujo objetivo é promover a



136 conexão das pessoas, promover cursos e oficinas embarcados, visitas institucionais em áreas de execução dos  
137 projetos, dentre outros), o mapeamento dos empreendedores comunitários que ocorreu em agosto/setembro de  
138 2021. Foram mapeados 336 empreendedores comunitários e identificadas dez cadeias de valor, como: pesca,  
139 agricultura, artesanato, turismo, extrativismo madeireiro, coleta vegetal, criação de animais, culinária,  
140 cosméticos, corte e costura. b) Fase 2 envolveu o curso de protocolo de biossegurança para empreendimentos e  
141 atrativos turísticos nas comunidades, ministrado em dezembro/2022. c) Fase 3 envolveu capacitações de noções  
142 básicas de gestão de negócios e ferramentas de comunicação e marketing, ocorridas em fevereiro e abril/2022.  
143 Fernanda destacou os próximos passos: avaliação e seleção dos empreendimentos comunitários para apoio na  
144 estruturação dos negócios sustentáveis; mentoria dos empreendimentos selecionados para elaboração dos Planos  
145 de Negócios; investimento semente dos empreendimentos selecionados. Daniel Araújo comentou que um dos  
146 grandes desafios na RDS Puranga Conquista é a economia local, a geração de renda e comentou que, por meio  
147 do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável da Prefeitura de Manaus, haverá um trabalho  
148 de mapeamento do desenvolvimento agrícola nas comunidades ribeirinhas localizadas no rio Negro,  
149 pertencentes ao município de Manaus. Sendo assim, Daniel sugeriu que houvesse uma interlocução com o IPÊ  
150 para realizarem um trabalho em parceria, de forma a otimizar o recurso financeiro e tempo. Neste trabalho,  
151 Daniel citou que a AFEAM se comprometeu a atuar na RDS Puranga Conquista, possibilitando que os  
152 empreendedores possam obter recurso financeiro para investimentos em seus negócios. Em relação ao  
153 questionamento sobre as impressões do financiador (representante do LinkedIn), Fernanda disse que ele partiu  
154 encantado com o projeto e se comprometeu em buscar parceiros que garantam a renovação do projeto. **Sugestão:**  
155 elaboração de uma Feira do Rio Negro com produtos oriundos das comunidades da RDS Puranga Conquista e  
156 APA Margem Esquerda do Rio Negro Setor Aturiá-Apuauzinho, a exemplo do que ocorre na RDS Rio Negro;  
157 promover um Fórum de Cooperação entre as Instituições e comunidades ribeirinhas para troca de experiência,  
158 compartilhamento de informações sobre negócios sustentáveis e possíveis financiadores.

#### 159 **MEMÓRIA DA REUNIÃO NO 2º DIA (20 de maio de 2022):**

160 Marco Antônio Vaz de Lima fez a abertura do segundo dia de reunião do Conselho Consultivo do MBRN, dando  
161 boas-vindas aos participantes e passando para a apresentação dos convidados. Em seguida, apresentou a  
162 programação do dia e deu prosseguimento à reunião.

163 Sobre a **Parceria Público Privada na gestão de Unidades de Conservação**, Camila Rodrigues (OPAP)  
164 informou que existe iniciativas em outras esferas e que, desde 2009, já era uma orientação para vários setores  
165 do Governo para a abertura de processos de parceria para apoiar a implementação ou a prestação de serviços  
166 públicos. Atualmente, o que está em aberto com o apoio do BNDES é uma das modalidades, neste caso, a  
167 concessão. Camila transcorreu sobre questões como quais são os propósitos das parcerias, os diferentes  
168 argumentos e perspectivas no estabelecimento das parcerias. Dentre os argumentos centrais que incentivam a  
169 parceria público privada, Camila citou: aumento da qualidade dos serviços e diversificação das oportunidades  
170 de visitação, considerando os diversos públicos (perfil do visitante); melhoria no ordenamento e controle da  
171 visitação; participação da iniciativa privada (experiência na gestão de negócios em turismo); incremento de  
172 recursos financeiros para a manutenção das UC. Camila citou o programa do Governo do Estado do Amazonas,  
173 chamado Parceiros pelas Unidades de Conservação, instituindo um instrumento denominado Contrato de  
174 Contribuição Financeira que possibilita o apoio das instituições a determinadas atividades das UC estaduais;  
175 geração de trabalho e renda, tendo uma maior inserção socioeconômica das populações locais. Em relação aos  
176 aspectos que fragilizam a relação entre as esferas pública e privada, tem-se: participação e colaboração reduzidas  
177 no planejamento das parcerias, como se tem acesso aos estudos prévios bem como às audiências e consultas  
178 públicas (documentos robustos que necessitam de entendimento de causa). Camila citou que se tem o estudo da  
179 viabilidade econômica previsto no SNUC e defende que haja também estudos sobre a viabilidade socioambiental



180 da parceria; prioridade atribuída aos aspectos econômicos pode fragilizar os aspectos ambientais (capacidade de  
181 suporte) e sociais (acesso e preços acessíveis); desequilíbrio entre as estruturas pública e privada, por exemplo,  
182 a atuação dos prestadores de serviços se sobrepõe à da equipe da UC; monitoramento deficiente das parcerias  
183 por arte das esferas pública e privada (impactos ambientais e socioeconômicos). Camila citou que a parceria  
184 entre as esferas público e privada em áreas protegidas é prevista no SNUC, onde o Estado autoriza a utilização  
185 de um bem público por um privado para prestar um serviço/atividade em comum acordo (outorga de uso  
186 privativo de bem público). Nesta prestação de serviço, traz a parceria como uma nova forma de governança.  
187 Camila citou os instrumentos legais que orientam a prestação de serviços em UC federais, como a Lei nº  
188 8.987/1995 (Lei das Concessões), Lei nº 13.019/2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade  
189 Civil), lei nº 13.334/2016 (Programa de Parcerias para Investimentos – PPI), Lei nº 13.688/2018 (Concessão  
190 de serviços, áreas ou instalações de UC federais para exploração de atividades voltadas à visitação) que dispensa  
191 chamamento público para parcerias com associações representativas de comunidades tradicionais para  
192 exploração de atividades de uso público. Camila citou as principais modalidades de parcerias: Autorização,  
193 utilizado para pequenos serviços (por exemplo, aluguel de equipamentos, embarcações, venda de alimentos,  
194 condução de visitantes), modalidade utilizada no PARNA Anavilhanas; Permissão, utilizado quando já existe  
195 uma estrutura e esta pode ser operada ou revitalizada pelo parceiro; Concessão, que é uma modalidade de  
196 contrato por um período de longa duração, considerando o estudo de viabilidade econômica; MROSC; Termo  
197 de Parceria, gestão compartilhada com OSCIP. Camila ressaltou a importância dos espaços como os Conselhos,  
198 os fóruns de participação que permitam a discussão, geração de conhecimento bem como a tomada de decisão  
199 sobre os estabelecimentos de parcerias. Francisco Borges (Peba) enfatizou a preocupação com os jovens  
200 comunitários de estarem excluídos deste processo de concessão e Camila citou o exemplo da Associação de  
201 barqueiros e pescadores tradicionais de Trindade, onde foi estabelecida a parceria na modalidade Autorização  
202 para prestação de serviço com embarcação, equipamento no PARNA Serra da Bocaina. Este é um processo de  
203 formalização de um serviço que vem ocorrendo a algum tempo. Camila enfatizou que é preciso várias reuniões  
204 entre os consultores que realizarão os estudos de viabilidade para a Concessão de áreas protegidas e o público  
205 afetado, por exemplo, as comunidades tradicionais. Carlos César Durigan (WWF Brasil) destacou que na  
206 Amazônia a Concessão não se trata apenas de Unidades de Conservação, mas de áreas de vida das comunidades,  
207 sendo o controle social essencial por meio de fóruns de discussão e avaliação, ainda mais que as concessões são  
208 apresentadas em linhas já estabelecidas. Segundo sua percepção, não se tem controle social e, ao mesmo tempo,  
209 não se está levando em consideração que as UC da Amazônia são também áreas de vida das comunidades  
210 indígenas e não indígenas que vivem ou utilizam estas áreas de alguma forma, citando o exemplo de UC de  
211 Proteção Integral. Carlos alertou que é preciso considerar aporte financeiro para ser investido nas comunidades  
212 de forma a suprir suas necessidades básicas. Camila exemplificou a atuação da Câmara Temática de Uso Público  
213 do Conselho Consultivo do PARNA Serra dos Órgãos na formatação de um documento que trata sobre o assunto.  
214 Citou exemplo de Parques na África, onde parte do rendimento da concessão é empregada nas associações locais.  
215 Existe proposta que trata do repasse de uma porcentagem deste rendimento ser empregada em política pública.  
216 Daniel Araújo endossou a fala do Carlos Durigan e disse que a Concessão é uma experiência nova e esta temática  
217 deve ser discutida com os comunitários. Solicitou o envio do material para embasar as discussões comunitárias  
218 sobre o assunto e possibilitar a participação das Associações locais poderem participar destas modalidades de  
219 parceria com o Governo. Camila ressaltou que tem aspectos que fragilizam, mas também tem aspectos positivos  
220 para o ordenamento do uso público, daí a importância de conhecer e debater a proposta que venha ser apresentada  
221 ao território. Claus H. Pfeiffer lembrou que houve oficina para tratar sobre concessão de serviço no PARNA  
222 Anavilhanas e, em sua opinião, é preocupante a monopolização das atividades porque leva a uma desmotivação  
223 dos empreendedores locais de pequeno porte, uma vez que eles não têm um aporte financeiro para participar de  
224 concessão. Camila, em seu entendimento, a concessão não irá afetar os arranjos que já existem no local, por  
225 exemplo, as Autorizações, as Permissões. Ressaltou que é preciso conhecer a proposta a ser elaborada para o



226 local. Marina perguntou sobre a Outorga, se é possível participar da construção da proposta de concessão, e se  
227 há concessão de pequenos portes. Camila explicou que a Outorga, de modo geral, é uma permissão (autorização)  
228 para a exploração comercial, que pode ser de diversas modalidades, sendo a Concessão uma das modalidades.  
229 No contrato de concessão são previstos encargos para a Concessionária bem como o estudo de viabilidade traz  
230 o quanto a Concessionária deve investir para alcançar os objetos do contrato bem como paga (Outorga Fixa) à  
231 União uma contribuição que, de acordo com o SNUC, será empregado na UC que gerou o recurso. Em relação  
232 à construção da proposta, o que ocorre são reuniões que antecedem a consulta pública e audiência pública, porém  
233 não em quantidade suficiente para possibilitar a participação de uma gama de atores. Em relação à Concessão  
234 de Pequeno Porte, é um instrumento novo, que está em consulta pública, com o intuito de abarcar os arranjos  
235 que já existem nos locais.

236 **Atualizações sobre o termo de compromisso para pesca, processo de concessões de UC do Mosaico,**  
237 **inclusão da RESEX do Baixo Rio Branco-Jauaperi no MBRN,** Leila Mattos (ICMBio) informou sobre o  
238 avanço do Programa de Parcerias para Investimento (PPI) em relação aos Parques Nacionais Anavilhanas e Jaú,  
239 onde a organização do PPI está ainda realizando a fase de levantamento de cenários. Até o momento, ocorreram  
240 visitas técnicas do MMA e do BNDES, este em 2021, e os técnicos do BNDES retornarão a campo para  
241 concluir os relatórios de cenários. O PARNA Jaú precisa atualizar o Plano de Manejo, sendo esta uma  
242 condicionante para participar de Editais referentes ao PPI. Leila disse que haverá um retorno às comunidades  
243 para finalizar a atualização e publicar o Plano de Manejo, de forma a cumprir a exigência do PPI. Para o PARNA  
244 Anavilhanas, é necessário que ocorram as visitas da equipe do BNDES e MMA a fim de realizarem o relatório  
245 de cenários para a modelagem. Ambos os Parques Nacionais estão incluídos no PPI, aguardando a finalização  
246 desta fase para que inicie-se a fase de consultas públicas. Leila informou sobre a realização das reuniões  
247 comunitárias de mobilização para a construção do Termo de Compromisso da Pesca de Autoabastecimento com  
248 as comunidades usuárias do recurso pesqueiro no PARNA Anavilhanas. Esta fase de mobilização ocorreu em 4  
249 expedições, envolvendo mais de 50 comunidades localizadas no entorno do Parque. Após esta fase, ocorrerão  
250 reuniões, com duração de 2 a 3 dias, com representantes dos usuários do recurso pesqueiro para construir de  
251 forma participativa o Termo de Compromisso, voltado para a pesca de autoabastecimento. Em relação à RESEX  
252 do Baixo Rio Branco-Jauaperi, Leila entregou Ofício à Secretaria Executiva do Conselho solicitando sua  
253 inserção no território do MBRN, de forma a fortalecer o território protegido pelo Mosaico de UC. Leila ressaltou  
254 que a RESEX foi criada em 2018 e ainda não tem seus instrumentos de gestão estabelecidos e a inclusão desta  
255 UC no MBRN permitirá que as outras UC possam apoiar na sua gestão. Marco Antônio agradeceu a participação  
256 da Leila e, na próxima reunião, haverá a votação sobre a inserção da RESEX no MBRN. Marco lembrou que,  
257 na reunião ocorrida no ano de 2019, em Manaus, houve a participação de oito a dez comunitários da RESEX e,  
258 na ocasião, se mostraram entusiasmados para participarem do Mosaico. Foi lembrado que o processo para a  
259 criação do Conselho Deliberativo da RESEX já está tramitando no Órgão Gestor. A RDS Puranga Conquista,  
260 APA Ponta Negra e o Parque Municipal da Cacimba também não estão incluídas no Mosaico e, havendo  
261 oportunidade, será solicitado o processo de inserção dessas UC no MBRN. Francisco Borges manifestou seu  
262 sentimento de tristeza em relação à ausência dos gestores estaduais nesta reunião do Conselho. Sobre as reuniões  
263 comunitárias, Francisco participou em algumas expedições e informou que as comunidades estão encaminhando  
264 os nomes dos comunitários que participam da capacitação para o automonitoramento da pesca. Por fim,  
265 parabenizou a gestão do NGI Novo Airão em relação ao compromisso do ICMBio na construção do Termo de  
266 Compromisso. Viceli disse que, na região da RDS Rio Negro há, em torno de, 20 áreas de pesca comercial,  
267 gerando renda para mais de 150 famílias e questionou se há um olhar para este grupo de pescadores que  
268 trabalham com a pesca comercial, de forma a dar segurança a eles para executarem a atividade de pesca. Também  
269 questionou sobre a postura do ICMBio em realizar fiscalização, principalmente nas ilhas de Anavilhanas para  
270 coibir a atividade ilícita relacionada ao desmatamento. No âmbito do Programa MONITORA, Leila informou  
271 que houve o Encontro dos Saberes, na comunidade Tapiíra, na RESEX Unini, onde foi apresentado aos



272 manejadores do pirarucu os levantamento e resultados desta etapa do Programa. Na última semana de Junho,  
273 ocorrerá um encontro, no âmbito do Programa MONITORA para divulgar os resultados aos comunitários,  
274 pesquisadores convidados, referente ao componente florestal. Sobre as atividades para apoio à pesca de  
275 autoabastecimento, que consta no Plano de Manejo da UC, faz-se necessário conciliar a categoria da UC que  
276 não permite o uso direto do recurso com a necessidade preeminente das comunidades. Entretanto, ainda não  
277 houve a possibilidade de inserir a pesca comercial nesta discussão, pela mesma ser incompatível com a categoria  
278 do PARNA Anavilhanas. Leila enfatizou que foi possível promover esta oportunidade de análise em relação à  
279 necessidade das comunidades para o autoabastecimento. Em relação ao desmatamento que ocorre nas Ilhas de  
280 Anavilhanas, houve a apreensão de madeiras numa ação de fiscalização. Para o ano corrente, estão previstas  
281 campanhas de fiscalização para coibir as atividades ilícitas, principalmente em relação ao desmatamento. Leila  
282 chamou a atenção que cabe também à sociedade a proteção do patrimônio natural brasileiro. Guillermo  
283 Estupinã (WWF Brasil) pontuou duas questões importantes como: a participação das Colônias de Pescadores  
284 neste processo e o Termo de Compromisso deveria auxiliar no ordenamento do pescado que é vendido em Novo  
285 Airão; trabalhar a elaboração de um Termo de Compromisso específico para a pesca comercial, a exemplo do  
286 que já existe em outras UC federais mais restritivas do que a categoria Parque. Guillermo informou que vem  
287 sendo gerados dados referentes à pesca junto às comunidades que fazem uso do recurso pesqueiro no interior do  
288 PARNA Anavilhanas e se colocou à disposição para auxiliar neste processo e, caso seja necessário, poderá  
289 encaminhar uma proposta ao ICMBio. Leila disse que participará de uma capacitação na ACADEBIO que tratará  
290 sobre orientação legal de forma a dar subsídios para encaminhamento a situações como uso do recurso pelas  
291 comunidades tradicionais em UC de Proteção Integral. Daniel Araújo entende que, a partir do Termo de  
292 Compromisso, os usuários serão os parceiros para o combate às atividades ilícitas, por exemplo, a extração de  
293 madeira nas ilhas de Anavilhanas. Daniel se colocou à disposição para participar e contribuir com a mobilização  
294 na etapa de construção do Termo de Compromisso. Francisco Borges chamou a atenção para os barcos que  
295 realizam a pesca de forma coletiva, juntando várias famílias, para não serem enquadrados em pesca comercial.  
296 Acácio (Comunidade Bom Jesus do Puduari) questionou se há representantes do Estado ou o Município  
297 acompanhando a discussão da pesca de autoabastecimento e Leila disse que não, no entanto, ela ressaltou que  
298 não se pode envolver a participação partidária, principalmente em ano eletivo. Fora este ano eletivo, seria muito  
299 interessante ter a participação dos representantes do povo nestas reuniões. Anatólio Batista (Comunidade São  
300 Pedro do Puduari) informou que as comunidades da APA Margem Direita do Rio Negro e PERN Setor Norte  
301 também irão iniciar as discussões sobre acordo de pesca no rio Puduari. Em relação ao questionamento feito  
302 pelo comunitário, se o Termo de Compromisso do PARNA Jaú se estende às comunidades do entorno, Leila  
303 informou que o Termo é válido apenas para as famílias residentes no interior do Parque e é objeto de renovação,  
304 que ocorrerá nas reuniões específicas para isto. **Como encaminhamento**, ICMBio encaminhar ao Diego Gobbo  
305 as informações das comunidades localizadas no PARNA Jaú para compor o banco de dados e a plataforma  
306 interativa do MBRN.

307 Juliana Mitoso Belota solicitou uma Moção ao Conselho do MBRN a ser encaminhada ao Ministério Público  
308 para conter as construções nas cachoeiras do Tarumã. Marina sugeriu que seja encaminhado à Secretaria  
309 Executiva do Conselho, contextualizando a problemática para melhor compreensão do assunto e, assim,  
310 compartilhar com os conselheiros para embasar a redação de uma Moção. **Como encaminhamento**, Juliana  
311 encaminhará ao e-mail do Conselho a documentação, contextualizando a problemática que vem ocorrendo na  
312 região do Tarumã.

313 Sobre a **Dinâmica de Avaliação das ações no MBRN**, Marcos Pinheiro ressaltou que o plano de ação é um  
314 instrumento importante para os Conselheiros saberem quais as pautas prioritárias de atividades, durante um ciclo  
315 de gestão, e como forma de medir a eficiência das ações. Marcos informou que existem, de forma geral, três  
316 tipos de planejamento: Plano de Ação, Plano Territorial de Base Conservacionista (PTBC), Planejamento



317 Estratégico. Marcos mostrou os resultados da Avaliação do Plano, ocorrida na reunião do março do corrente  
318 ano. O objetivo da dinâmica nesta reunião é a Análise Contexto e o próximo passo será a Revisão do Plano de  
319 Ação, a ser realizada em Agosto. Marcos explicou que a dinâmica consistirá em definir recomendações para o  
320 Plano de Ação do MBRN e para o processo. O Plano de Ação foi elaborado em 2017, para um período de cinco  
321 anos, e está organizado em cinco programas: 1) Ordenamento Territorial; 2) Desenvolvimento Socioeconômico;  
322 3) Conservação Socioambiental; 4) Integração do Mosaico; 5) Sustentabilidade Institucional. Para cada item os  
323 programas, Marcos comentou sobre os resultados do questionário aplicado, enfatizando as ações que tiveram  
324 avanço ou não, segundo a percepção dos conselheiros. O resultado detalhado da análise está descrito no relatório  
325 de avaliação das ações do MBRN. Fabiano Lopez (FVA) comentou que, segundo sua percepção, as avaliações  
326 são destoantes quando vistas do ponto de vista de cada UC (menor nivelamento de informações entre os  
327 conselheiros), e em ações mais abrangentes como Governança e Sustentabilidade, tem-se uma maior percepção  
328 de quanto as ações avançam no território (maior nivelamento de informações entre os conselheiros). A reflexão  
329 feita por Fabiano segue em direção de como promover o nivelamento das informações em relação à execução  
330 de ações no território do MBRN, o que foi endossado pelo Marcos, citando o exemplo das respostas em relação  
331 ao item do agroextrativismo. Como trabalho em grupo, foi proposto que os participantes discutam e listem  
332 recomendações tanto para ações como para processo. Carlos Durigan pontuou a importância de contemplar  
333 ações para um plano de monitoramento, um plano de comunicação entre as regiões e as pessoas do MBRN,  
334 integrara a gestão do Mosaico com outros espaços territoriais, como a RBAC e o Sítio Ramsar. Após o período,  
335 Marina citou as ações descritas pelo grupo presencial e Guillermo enviará o documento com as ações descritas  
336 pelo grupo virtual. **Como próximos passos**, Marcos consolidará os resultados das dinâmicas da primeira e da  
337 atual reunião para gerar um documento que será disponibilizado à FVA para compartilhar com os conselheiros.

338 Como informes tem-se: 1) Apoio do MBRN para provocar celeridade na criação da RDS Bom Jesus do Puduari,  
339 Marco Antônio informou que ele e Francisco Borges (Peba) estiveram na ALEAM e encaminharam a Moção  
340 no Gabinete do Deputado Estadual Belarmino Lins (presidente da Comissão que delibera para onde se  
341 encaminha o Projeto de Lei). Até o momento, não houve retorno da ALEAM. Também, Marco Antônio disse  
342 que deram entrada na Comissão de Assuntos Indígenas, na Comissão de Meio Ambiente e na Comissão de  
343 Turismo. O Deputado Estadual Toni Medeiros sinalizou verbalmente interesse em ajudar na criação da UC.  
344 Também, a Moção foi encaminhada ao Eduardo Taveira, Secretário de Meio Ambiente do Estado do Amazonas,  
345 que, por sua vez, encaminhou ao Presidente da ALEAM solicitando celeridade no processo de votação do Projeto  
346 de Lei para a criação da RDS Bom Jesus do Puduari. Francisco Borges **propôs** a redação de uma Moção a ser  
347 encaminhada ao Ministério Público Federal, pois o projeto de Lei está a dois anos parado no Gabinete do  
348 Deputado Estadual Belarmino Lins, sem qualquer encaminhamento à Presidência da ALEAM para dar  
349 continuidade ao processo. Marco Antônio citou a ausência dos gestores das UC Estaduais nesta reunião e  
350 reafirmou a importância da participação nestes momentos mesmo de forma virtual, uma vez que, as demandas  
351 comunitárias vêm das comunidades localizadas nestas UC. Por fim, agradeceu a participação de todos e deu-se  
352 por encerrada a reunião do Conselho Consultivo do Mosaico do Baixo Rio Negro. **Como encaminhamento**,  
353 agendar uma reunião com o Deputado Estadual Belarmino Lins, antes de encaminhar uma Moção ao Ministério  
354 Público Federal, solicitando que encaminhe o Projeto de Lei à Presidência da ALEAM; 2) Marco Antônio irá  
355 **solicitar** à SEMMA de um manifesto para a inclusão do Parque Municipal da Cacimba no MBRN; 3) Maurília  
356 Gomes informou que foram entregues, durante a expedição pelos rios Jaú e Unini junto com a FVA, exemplares  
357 do Informativo do MBRN às comunidades.